

MALHA FINA

Erros no IR aumentam risco

Especialistas alertam para falhas comuns no Imposto de Renda que podem gerar multas, retenções e problemas fiscais

» RAFAELA GONÇALVES

pacífico

Pontos de atenção

Faltando duas semanas para o encerramento do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda (IR) 2026, especialistas alertam que a confiança excessiva na declaração pré-preenchida e a falta de revisão continuam entre os principais motivos que levam os contribuintes à malha fina.

A proximidade do prazo final exige atenção redobrada, já que a pressa para enviar o documento pode aumentar o risco de inconsistências e erros de preenchimento.

A Receita Federal já recebeu mais de 25,6 milhões de declarações de pessoas físicas neste ano. O prazo de envio começou em 23 de março e termina em 29 de maio. A expectativa do órgão é receber cerca de 44 milhões de documentos até o encerramento do período.

Entre as declarações já enviadas, mais de 60% utilizaram a modalidade pré-preenchida, ferramenta que ganhou espaço nos últimos anos por facilitar o preenchimento automático de informações fiscais. Apesar do avanço tecnológico, especialistas reforçam que o sistema não elimina a necessidade de conferência detalhada dos dados.

Segundo o especialista em direito tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fabrício Tonegutti, muitos contribuintes acreditam que o modelo pré-preenchido funciona como uma declaração pronta, o que pode gerar problemas. “Ela ajuda muito, mas não elimina erros. Os dados vêm de terceiros, como bancos, empresas, médicos e fontes pagadoras. Se alguma dessas informações estiver errada ou incompleta, e o contribuinte não revisar, o problema continua existindo”, afirma.

De acordo com dados do Fisco, os principais motivos que levam as declarações à malha fina continuam relacionados a falhas consideradas comuns no preenchimento. As despesas médicas lideram o ranking, representando 32,6% das retenções. Em seguida aparecem omissão de rendimentos (30,8%), outras deduções (16%) e diferenças no imposto retido na fonte (15,1%).

As despesas médicas concentram grande parte dos erros porque envolvem detalhes que costumam passar despercebidos pelo contribuinte. Segundo Tonegutti, é comum a inclusão de gastos não dedutíveis ou lançamentos sem documentação adequada.

“Muita gente declara qualquer gasto ligado à saúde sem verificar se ele realmente pode ser abatido. Vacinas, nutricionistas e enfermeiros, por exemplo, não entram como despesas dedutíveis no Imposto de Renda. Também há casos em que o contribuinte esquece de descontar o valor reembolsado pelo plano de saúde”, explica.

Outro erro recorrente é a omissão de rendimentos extras. O especialista destaca que muitos contribuintes lembram apenas do salário principal e acabam deixando de fora outras fontes de renda, como aluguel, aposentadoria, trabalhos temporários, aplicações financeiras e ganhos com ações ou fundos imobiliários. “Quando o dependente entra na declaração, todos os rendimentos dele também precisam ser informados. Esse é um detalhe que muita gente esquece”, ressalta.

Na categoria “outras deduções”, entram problemas relacionados a despesas educacionais fora das regras permitidas, pensão alimentícia preenchida

incorretamente, inclusão indevida de dependentes e deduções sem comprovação documental.

Para evitar inconsistências, especialistas recomendam revisar recibos, informes de rendimento e dados bancários antes do envio da declaração, além de comparar os modelos simplificado e completo no próprio sistema da Receita. “Muita gente tenta montar a declaração imaginando qual opção fará pagar menos imposto. Mas o próprio programa já mostra qual modelo é mais vantajoso. O importante é preencher tudo corretamente e evitar improvisos”, reforça Tonegutti.

Alerta contábil

Erros na prestação de contas não atingem apenas pessoas físicas e grandes empresas. Organizações do terceiro setor e pequenos negócios também podem sofrer impactos financeiros e legais por falhas consideradas simples, como atraso no envio de declarações e até impedir a participação de organizações em editais públicos e parcerias futuras.

Segundo a diretora da Brasília Contabilidade, Cristiane Almeida, especialista em assessoria para pequenas empresas, erros na declaração podem gerar multas, bloqueios fiscais e até impedir a participação de organizações em editais públicos e parcerias futuras.

“Pequenas inconsistências podem travar a organização e prejudicar atividades sociais importantes. Falhas nos registros geram multas, atrasos na prestação de contas e questionamentos de órgãos fiscalizadores, afetando diretamente a credibilidade junto a doadores e parceiros”, afirma.

Entre os problemas mais recorrentes identificados por escritórios contábeis estão a omissão de doações recebidas, o

preenchimento incorreto de receitas e despesas, a falta de atualização cadastral e o atraso no envio das obrigações fiscais.

Na prática, essas inconsistências podem levar à suspensão temporária do CNPJ, restrições fiscais e impedimentos legais que comprometem a continuidade de projetos sociais e o funcionamento administrativo das entidades.

De acordo com Cristiane, um dos principais erros ocorre na falta de integração entre os relatórios financeiros e a contabilidade oficial das organizações, especialmente em instituições que administram recursos de diferentes origens, como convênios, subvenções e doações privadas.

“Os profissionais do terceiro setor precisam revisar a prestação de contas de projetos em andamento, identificar corretamente a natureza de cada receita e despesa e garantir que todas as informações estejam alinhadas aos registros contábeis. O planejamento antecipado evita que problemas aparentemente simples se transformem em crises financeiras e institucionais”, explica.

A especialista também recomenda atenção à regularização cadastral de dirigentes e responsáveis legais, além do acompanhamento rigoroso dos prazos de envio das declarações fiscais.

Outro ponto considerado essencial é manter organizados os comprovantes de recebimentos, extratos de doações e documentos relacionados a despesas operacionais, reduzindo o risco de autuações futuras. “Com organização, conferência prévia das informações e suporte contábil especializado, é possível evitar restrições fiscais e preservar a credibilidade da instituição perante órgãos de fiscalização e parceiros financeiros”, recomenda Cristiane Almeida.

Declaração em dia

Confira orientações para preencher os dados corretamente e evitar problemas com a Receita Federal



NÃO CONFIE CEGAMENTE NA DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA

A ferramenta facilita o envio, mas os dados vêm de bancos, empresas, médicos e outras fontes. Revise todas as informações antes de transmitir.



SEPARE TODOS OS INFORMES DE RENDIMENTO

Reúna documentos de salários, aposentadoria, aluguel, investimentos, ações, pensão e trabalhos extras antes de começar o preenchimento.



REVISE DESPESAS MÉDICAS COM ATENÇÃO REDOBRADA

Confira recibos, valores pagos e reembolsos do plano de saúde. Gastos com vacina, nutricionista e enfermeiro, por exemplo, não são dedutíveis.



INCLUA OS RENDIMENTOS DOS DEPENDENTES

Ao adicionar dependentes, toda a renda deles também deve ser declarada, incluindo estágio, pensão ou aplicações financeiras.



EVITE DEDUÇÕES SEM COMPROVAÇÃO

Educação, pensão alimentícia e outras despesas só devem ser informadas com documentação válida e dentro das regras da Receita.



COMPARE OS MODELOS ANTES DE ENVIAR

O próprio sistema mostra se o desconto simplificado ou as deduções legais são mais vantajosos para o contribuinte.



MANTENHA DADOS CADASTRAIS ATUALIZADOS

Endereço, informações bancárias e dados dos dependentes devem estar corretos para evitar inconsistências.



EMPRESAS E ONGS DEVEM INTEGRAR PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTABILIDADE

Falhas em registros financeiros, doações e despesas podem gerar multas, restrições fiscais e até suspensão do CNPJ.



NÃO DEIXE PARA A ÚLTIMA HORA

O atraso aumenta o risco de erros e dificulta a correção de pendências antes do fim do prazo.



EM CASO DE DÚVIDA, CONSULTE ESPECIALISTAS

Contadores e profissionais tributários ajudam a evitar autuações e corrigir inconsistências antes do envio.

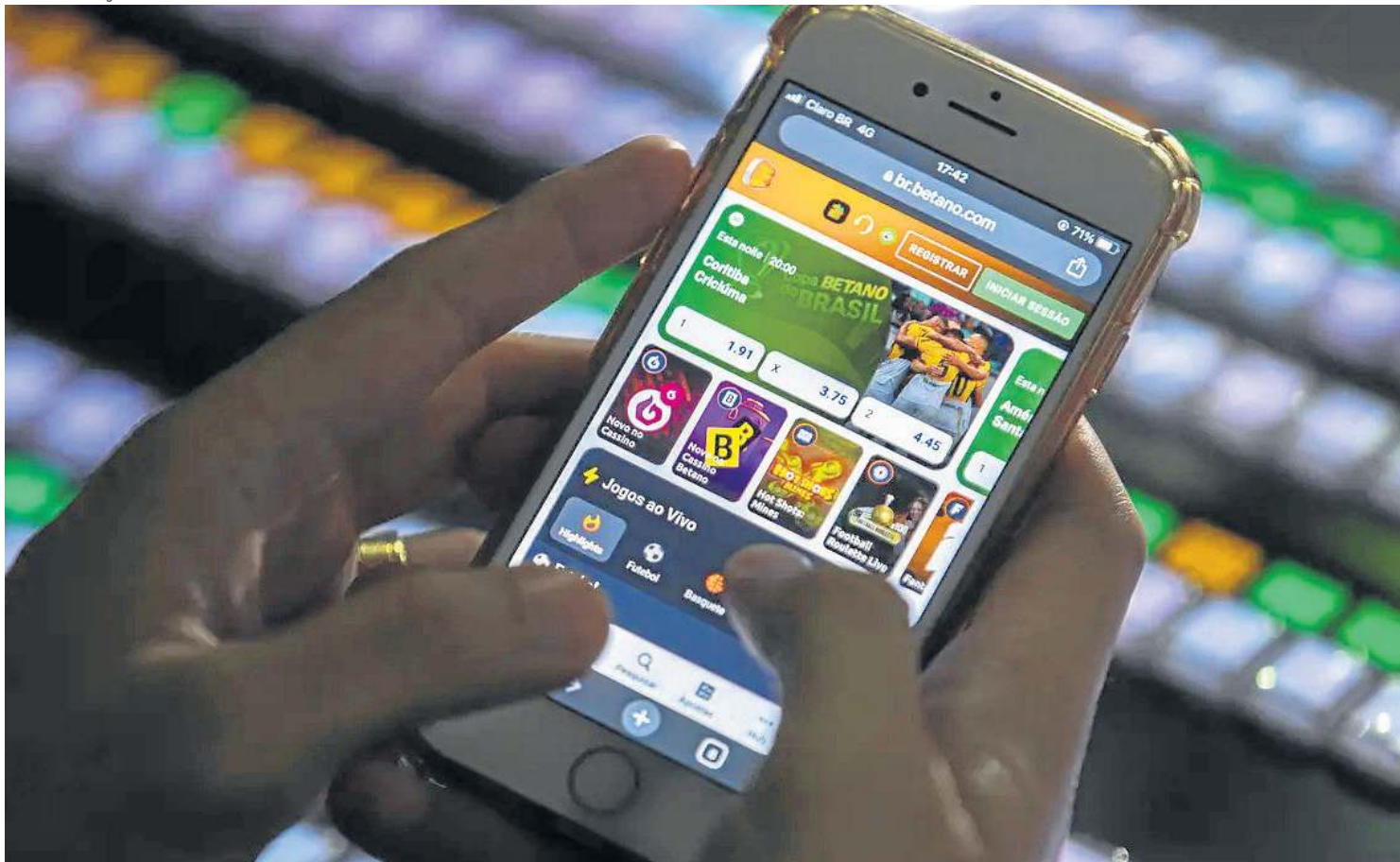
Fontes: Fabrício Tonegutti e Cristiane Almeida.

APOSTAS ON-LINE

Bets avançam no país e geram preocupação nos eleitores

» CAETANO YAMAMOTO*
» PEDRO JOSÉ*

Joédson Alves/Agência Brasil



Crescimento das apostas preocupa o governo federal pelo avanço sobre o orçamento familiar, aumentando o endividamento. Bets negam

As apostas on-line, popularmente conhecidas como bets, vêm se consolidando como uma das principais pautas do debate público atualmente, segundo mostra uma pesquisa do Instituto Ideia feita em parceria com o Meio — realizada entre os dias 1 e 5 de maio, com eleitores acima de 16 anos.

De acordo com o estudo, quase 30% dos homens e 22% das mulheres realizaram apostas on-line nos 30 dias anteriores ao questionário.

A pesquisa mostra que 28% dos brasileiros afirmam que algum familiar, além deles próprios, também fez apostas on-line no período. Além disso, 31% dos entrevistados acreditam que algum membro da sua família aposta regularmente e esconde o hábito dos demais, indicando uma camada de comportamento compulsivo ou vergonha associada à prática.

No que se diz respeito aos problemas financeiros, o relatório aponta que há uma visão negativa majoritária sobre as consequências das apostas, com 59% dos brasileiros concordando que as bets provocam endividamento, e 61,9% afirmando que elas viciam. Entretanto, somente 44% defendem que as plataformas devem ser proibidas no país.

Outros 33% concordam que elas podem continuar operando, mas devem ser proibidas de fazer propaganda, e 25% acreditam que devem continuar funcionando sob a premissa de que a responsabilidade é individual.

Impacto financeiro

Para o economista e diretor da VLG Asset, Matheus Portela, já existem sinais do impacto do avanço das bets no consumo, especialmente em segmentos ligados ao varejo popular.

“O avanço do endividamento associado às apostas preocupa, porque pode comprometer a capacidade de consumo e a

estabilidade financeira das famílias mais vulneráveis. Sem mecanismos mais rigorosos de regulação e prevenção, a tendência é de agravamento desse cenário no médio prazo”, explicou.

De janeiro de 2023 a março de 2026, a inadimplência do consumidor causada pelas apostas on-line retirou R\$143 bilhões do comércio varejista. O montante equivale ao volume de vendas nos períodos de Natal de 2024 e 2025. A informação foi levantada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com base em dados do Banco Central.

Ainda segundo a CNC, o crescimento do gasto dos brasileiros com as plataformas eletrônicas nesse período foi superior a R\$ 30

bilhões por mês. Para a entidade, o dito “entretenimento” compromete a disponibilidade de renda para manter o pagamento em dia das dívidas e podem ter levado 270 mil famílias à situação de inadimplência severa, quando há incapacidade de pagar marcada por atrasos de 90 dias ou mais.

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, defende a implementação de políticas públicas regulatórias para as plataformas e de proteção aos consumidores.

“O impacto já deixou de ser pontual e se tornou macroeconômico. Precisamos discutir os limites desse mercado, especialmente no que diz respeito à publicidade e à proteção das famílias brasileiras”, frisou.

Bets contestam

O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), que representa as plataformas de aposta que operam legalmente no Brasil, enviou uma notificação formal à CNC cobrando “transparência metodológica” e “acesso integral” às bases de dados que a entidade usa para avaliar o impacto das bets no endividamento das famílias.

Para o IBJR, outras edições do estudo partiram de “premissa completamente desalinhada com os dados oficiais.” Conforme o instituto, “as conclusões divulgadas pela CNC são alarmistas e contrariam frontalmente as métricas oficiais.”

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) também disse que os números apresentados pela

CNC “não condizem com os dados oficiais do governo e do setor”. Segundo a associação, a CNC desconsidera “a natureza multifatorial do endividamento dos brasileiros.”

O estudo realizado pelo Instituto ideia aponta que 44% das pessoas acreditam que o endividamento está maior comparado com o ano passado. A percepção do custo de vida também é crítica, com 66% afirmando que ele aumentou (30,7% dizem que “aumentou muito” e 35,3% que “aumentou, mas não muito”).

Para o economista e professor de Mercado Financeiro da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, as pesquisas indicam que as camadas mais pobres são mais sensíveis ao apelo dos jogos, movidas pela necessidade ou pelo sonho de

ganhos rápidos. Na prática, se houvesse maior educação financeira, as pessoas saberiam que a maior parte do dinheiro acaba ficando com a “banca”.

Bergo explica que um alto percentual dos recursos do sistema de jogos é destinado a impostos ou ao lucro do próprio empreendimento, restando muito pouco para os apostadores.

“Historicamente, o país já lidou com perdas financeiras vultosas em corridas de cavalos e nos antigos cassinos, o que reforça a necessidade de disciplina sobre o tema. Além dos mais pobres, os jovens também são grandes frequentadores desses jogos, muitas vezes sem possuir recursos próprios. Há registros de pessoas que utilizam recursos do Bolsa Família para apostar”, relatou.

Para a advogada Débora Cunha Ramanov, por outro lado, há alegações que não refletem integralmente o modelo regulatório hoje aplicável ao setor, como a afirmação de que o apostador competiria contra um sistema “sem qualquer possibilidade de aferição independente da regularidade dos resultados”.

“Na realidade, a atual regulamentação brasileira de apostas de quota fixa, que, nos termos da Lei nº 14.790/2023, abrange tanto apostas esportivas quanto jogos de cassino on-line, prevê um conjunto bastante detalhado e rigoroso de regras técnicas, operacionais e de proteção ao consumidor para operadores autorizados no Brasil”, destacou.

Além dos desafios econômicos, devido à sua escala e impactos sociais, o tema das apostas on-line passou a ser considerado um dos assuntos mais relevantes para as eleições presidenciais, em outubro deste ano. De acordo com a pesquisa Meio/Ideia, 41,9% dos eleitores entrevistados consideram o custo de vida e o endividamento como temas “muito importantes” para a decisão do voto.

*Estagiários sob a supervisão de Victor Correia